



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

*SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
CELEBRADO EM 17.07.2018, ENTRE O TRIBU-
NAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A
EMPRESA USIBANK – SOLUÇÕES AMBIEN-
TAIS E UNIDADE DE TRATAMENTO DE RE-
SÍDUOS TÉRMICOS E SÓLIDOS LTDA. – ME,
TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE TRIAGEM E ATENDIMENTO.
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8521832-
24.2018.8.06.0000).*

AD2/CT Nº 33/2018

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administra-
tivo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida Ministro José Américo, Bairro Cambeba, Fortaleza –
CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou
CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Francisco Gladysson Pontes, por
seu Superintendente da Área Administrativa, Sr. Luis Eduardo de Menezes Lima, e sua Secretária de Gestão de
Pessoas, Dra. Ângela Márcia Fernandes Araújo e a empresa: **USIBANK – SOLUÇÕES AMBIENTAIS E
UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS TÉRMICOS E SÓLIDOS LTDA. – ME**, com ende-
reço na Av. São Francisco, nº 1174, Quadra 41, Lote 72, Sala nº 07, STR, Santa Genoveva, Goiânia/GO, inscri-
ta no CNPJ/MF nº 01.795.072/0001-35, neste ato representada por sua Sócia Administradora, Sra. Irenice Maria
de Avila, portadora da cédula de identidade nº 605.8802 2.APC/GO, e inscrita no CPF nº 701.804.031-09, da-
qui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Aditivo que se regerá pela Lei
nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

O presente Termo fundamenta-se:

- a) no Memorando nº 87/2018/SGP, da Secretaria de Gestão de Pessoas, datado de 21.11.2018;
- b) nas disposições contidas no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

d) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, de 13 / 12 /2018, devidamente aprovado
pelo Exmo. Sr. Des. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Objeto



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Constitui objeto deste termo acrescer 10 vagas de Operadores de Triagem no contrato que consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de triagem e atendimento, cujos os empregados sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e pela Convenção Coletiva dos Empregados em Empresa de Asseio e Conservação, para prestação de serviços continuados a fim de atender às necessidades do Poder Judiciário Cearense, representando um acréscimo de 13,142703%, passando o valor mensal de R\$ 210.870,32 (duzentos e dez mil, oitocentos e setenta reais e trinta e dois centavos), para os atuais R\$ 238.584,38 (duzentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e trinta e oito centavos).

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por acharem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 09 de JANEIRO de 2019.

Des. Francisco Gladysson Pontes

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Sr. Luís Eduardo de Menezes Lima

SUPERINTENDENTE DA ÁREA ADMINISTRATIVA DO TJCE

Dra. Ângela Márcia Fernandes Araújo

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE

Sra. Irenice Maria de Avila

REP. LEGAL DA EMPRESA USIBANK – SOLUÇÕES AMBIENTAIS E UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS TÉRMICOS E SÓLIDOS LTDA. ME

TESTEMUNHAS: _____